

**Procedimentos metodológicos e pesquisa de campo: transitando por caminhos
bricolados na pesquisa com povos indígenas¹**

**Methodological procedures and field research: moving through bricoleur paths on
research with indigenous people**

**Procedimientos metodológicos y trabajo de campo: transitando caminos bricolados en
investigación con pueblos indígenas**

Jonatha Daniel dos Santos ²

Doutorado em Educação - UCDB

<https://orcid.org/0000-0002-6277-8382>

Heitor Queiroz de Medeiros ³

Universidade Católica Dom Bosco – UCDB

Doutorado em Ciências - UFSCar

<https://orcid.org/0000-0001-5313-1811>

Resumo

Este estudo, a partir de uma abordagem qualitativa, teve como objetivo apresentar alguns caminhos teóricos e metodológicos utilizados em uma pesquisa de doutorado, realizada com o grupo indígena Tupari, localizado no Estado de Rondônia, Região Norte do Brasil, tendo em vista a possibilidade de propor reflexões sobre metodologias, que possam colaborar para a pesquisa em Educação Matemática. No que se refere ao campo teórico, apoiou-se nas contribuições pós-estruturalistas do campo dos Estudos Culturais, em pressupostos das teorias Pós-Coloniais, em autores do Grupo Modernidade/Colonialidade e em outros, articulados à produção do texto. Os resultados indicam que as experiências produzidas em contextos indígenas oportunizam ressignificar práticas de pesquisa, ao mesmo tempo em que permitem desconstruir concepções advindas do pensamento colonial ocidentalizado. Tais ressignificações colaboram para visualizar, por outras lentes, como os saberes matemáticos

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² dholjipa@gmail.com

³ heitor.medeiros@ucdb.br

circulam no espaço em que a pesquisa foi realizada. Essas percepções advertem que pesquisar, além de ser um ato político, acaba se tornando um ato ético, de respeito às diferenças, e, por isso, precisa estar alinhado com teorias que descortinam os encobrimentos coloniais.

Palavras-chave: Metodologia, Saberes Matemáticos, Educação, Pesquisa, Povo Tupari.

Abstract

This study, starting from a qualitative approach, aimed to show some theoretical and methodological paths used in a PhD research, carried out with the Tupari indigenous group, in the State of Rondônia, Brazil North Region, considering the possibility of proposing reflections on methodologies that can contribute for research in Math Education. Regarding to the theoretical field, this research relied on the post-structuralist contributions of the Cultural Studies field, on Post-Colonial theories' assumptions, on authors of the Modernity/Coloniality Group and others that made it possible to articulate them to the text. The results suggest that the experiences had in indigenous contexts enable the opportunity to give new meaning to research practices while they allow the deconstruction of conceptions from western colonial thinking. Such new meanings help seeing with different eyes how mathematical knowledge flows in places where the research was carried out. These perceptions advise that academic researching, in addition to being a political act, also becomes an act of Ethics, of respect to differences, and therefore, it needs to be aligned with theories that reveal colonial concealments.

Keywords: Methodology, Mathematical Knowledge, Education, Research, Indigenous People.

Resumen

A partir de un enfoque cualitativo, este estudio tuvo como objetivo presentar algunos caminos teóricos y metodológicos utilizados en una investigación de Doctorado, realizada con el grupo indígena Tupari, ubicado en el Estado de Rondonia, región norte de Brasil, con la intención de proponer reflexiones sobre metodologías que puedan contribuir al estudio de la Educación Matemática. En lo que tiene que ver con el campo teórico, este se apoyó en los aportes pos-estructuralistas del campo de los Estudios Culturales, en postulados de las teorías Poscoloniales, en autores del Grupo Modernidad/Colonialidad y en otros a los que fue posible articular a la producción del texto. Los resultados indican que las experiencias que se producen en los contextos indígenas favorecen la resignificación de prácticas de investigación al mismo tiempo en que permiten deconstruir concepciones provenientes del pensamiento colonial occidentalizado. Dichas resignificaciones facilitan visualizar, a través de otros lentes, la forma como los saberes matemáticos circulan en el espacio en que la investigación fue ejecutada. Esas percepciones demuestran que investigar, más allá de ser un acto político, se convierte en un acto ético, de respeto a las diferencias, y, por lo tanto, debe alinearse con teorías que develan los encubrimientos coloniales.

Palabras clave: Metodología, Saberes Matemáticos, Educación, Investigación, Pueblos indígenas.

Procedimentos metodológicos e pesquisa de campo: transitando por caminhos bricolados na pesquisa com povos indígenas

Para produzir dados em uma pesquisa acadêmica e trazer tal para nossa escrita, é necessário deslocamentos e ressignificações no processo teórico, bem como metodológico, ou seja, as certezas precisam ser provisórias. Por um lado, no processo teórico, os deslocamentos acontecem na medida em que é possível entender as construções discursivas de verdades sobre os processos sociais, econômicos e culturais no seio dessa sociedade enredada em discursos homogêneos focalizando distintos povos e grupos sociais, sendo possível questionar: o que é a verdade?

Por outro lado, no campo metodológico, provoca verdades outras no modo de olhar/perceber o outro, bem como pesquisar com esse outro. Em tempo de pós-modernidade é válido “[...] desconfiar das bases às quais se assentam as promessas e as esperanças nas quais ensinam a acreditar” (Veiga-neto, 1996, p. 23).

Na trajetória desses deslocamentos e ressignificações, “[...] as posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades” (Woodward, 2000, p. 55). Essas identidades, assumidas a partir do campo teórico e metodológico para produzir um trabalho, compõem e (re)compõem também nossa subjetividade como pesquisador, estudante, professor, na compreensão de que é possível entender o nosso lugar como algo capaz de prover ferramentas para o processo da pesquisa.

Atrelado a essa discussão, é importante ressaltar que pesquisar é um processo de desnaturalização do eu como sujeito colonial/moderno. Um eu que está atravessado por conflitos e tensões enredado em desestabilizações contínuas sobre nossa identidade de pesquisador. Com isso, o grande desafio da pesquisa é buscar os ‘entre-lugares’ (Bhabha, 2014) que permeiam o espaço do pesquisar, e, para isso, é necessário ressignificar as condutas de pesquisas centradas num entendimento de neutralidade e, também desconstruir os falsos

binarismos produzidos e promovidos pela lógica disciplinar. Nesse sentido, é válido perceber quem é esse outro, o que produziu e o que produz esse outro, uma vez que “[...] toda nossa conduta e todas as nossas ações são moldadas, influenciadas e, desta forma, reguladas normativamente pelos significados culturais” (Hall, 1997, p.41).

Com isso, para o processo epistemológico de pesquisar e, principalmente, de pesquisar com grupos étnicos, é necessário atravessar e ser atravessado por novas demandas acadêmicas no intuito de estar continuamente em processo de vigilância epistemológica e também sobre uma autovigilância, principalmente, quando for necessário perceber outros saberes matemáticos. Nesse entendimento, as perspectivas metodológicas que assumimos podem colaborar para que a produção e análise de dados sejam coerentes com o contexto onde é realizada a pesquisa.

Para, ser minimamente possível, perceber outros saberes e não os tornar fixos, alguns ensinamentos de campos contra-hegemônicos são utilizados no intuito de tecer possibilidades em propor reflexões sobre metodologias que possam colaborar para a pesquisa em Educação e Educação Matemática, sendo eles: os Estudos Culturais; Grupo Modernidade/Colonialidade e a Teoria Pós-Colonial.

Alves (2017, p. 27), quando trata desses três campos conceituais, escreve que esse trio “[...] tem o cuidado de perceber a tradição – a tradição pode ser traduzida, pode negociar, pode não negociar”. Ainda conforme essa autora, esse processo depende “[...] de como as culturas se apropriam dos espaços sociais e como os sujeitos elementos constituídos pela cultura e, ao mesmo tempo, capazes de criar, de ressignificar a cultura, vão ser produzidos, dinamicizados e saturizados” (Alves, 2017, p. 28).

Quando voltamos o olhar aos povos historicamente subalternizados, sobretudo alinhado aos saberes produzidos em espaços indígenas, a partir da leitura de Spivak (2010), é possível compreender que tem havido historicamente um processo de inferiorização de saberes outros

quando comparados aos colonizadores. Tal processo colaborou para a sistematização de um conhecimento único bem como para a desqualificação de outros saberes que fugiam de uma linha traçada e delimitada.

A possibilidade então de perceber as estruturas da colonialidade do Poder⁴ emerge na urgência de questionar as matrizes teóricas coloniais, bem como (re)pensar nosso posicionamento como pesquisador constituído nessa sociedade colonizada e produzido por discursos no intuito de subjugar e inferiorizar o outro que foge aos padrões culturais, políticos, religiosos, enfim, repensar os padrões instituídos nas relações de poder entre sujeitos colonizadores e colonizados. Principalmente, problematizar as infiltrações de saberes em outras sociedades constituídas por processos epistemológicos/culturais/sociais distintos do que nos produziu como pesquisador.

As percepções desses campos conceituais sobre a produção do sujeito subalterno⁵, a partir de narrativas construídas dentro de uma lógica epistemológica, política e social instituídas pelos modos de produção de conhecimento eurocêntrico, são aproximações que nos direcionam para a escrita deste artigo. Considerando essa temática, este artigo objetiva apresentar alguns caminhos teóricos e metodológicos utilizados em uma pesquisa de Doutorado, realizada com o grupo indígena Tupari, localizado no Estado de Rondônia, Região Norte do Brasil, tendo em vista a possibilidade de propor reflexões sobre metodologias que possam colaborar para a pesquisa em Educação Matemática.

⁴ A colonialidade do poder, conceito forjado a partir dos escritos de Aníbal Quijano nos finais dos anos de 1980, revela as relações às quais se submeteram a América Latina, África e Ásia, especialmente quando traz à tona as relações de trabalho, raça, a divisão racial do trabalho, capitalismo, Estado-Nação, eurocentrismo e globalização. Em um de seus trabalhos, Quijano (2002, p. 02) escreve que “[...] colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de raça”. Ainda conforme o autor, o atual padrão de poder mundial consiste na articulação entre a colonialidade do poder, o Capitalismo, o Estado-Nação e o Eurocentrismo.

⁵Spivak (2010) chama a atenção relatando que subalterno não pode ser entendido como todo e qualquer sujeito marginalizado. Explica que o sentido de subalterno segue na mesma linha de pensamento de Gramsci ao se referir ao proletariado, aquela voz que não pode ser ouvida.

Partindo do entendimento de que há aqui a intenção de propor reflexões sobre metodologias, é importante partir da seguinte reflexão: precisamos estar diariamente na busca de descolonizar nossos corpos, sobretudo nosso olhar e ouvido, os quais são produzidos em um contexto moderno (euro/usa)cêntrico (Walsh, 2010). Tal ideia permite não produzir fetiches e folclores acerca da cultura do outro, frente a sua diferença, logo, realizar esforços de desconstrução sobre nossas próprias identidades e discursos, forjados e moldados por meio de uma visão (euro/usa) centrada é pertinente aos/as pesquisadores/as.

A partir dessa concepção inicial, a organização do artigo se deu da seguinte forma: na primeira parte, apresentamos de forma breve o grupo étnico Tupari onde a pesquisa foi realizada; na segunda parte, expusemos os caminhos teóricos e metodológicos da pesquisa; na terceira parte, seguindo com as reflexões elencadas nos caminhos teóricos e metodológicos, dialogamos com o campo da etnografia e com outros procedimentos metodológicos. Posteriormente, revelamos as ideias finais, buscando apresentar as considerações ‘provisórias’ sobre o entendimento de fazer pesquisa com grupos sociais, nesse caso, com os povos indígenas.

Espaço geográfico e os sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Terra Indígena Rio Branco, homologada pelo Decreto nº 93.074 de 06 de agosto de 1986, com o povo Tupari, que, atualmente, habita duas terras indígenas – T.I., sendo a T.I. Rio Branco e T.I. Rio Guaporé⁶, em função dos deslocamentos abusivos realizados pelos seringueiros e pelo próprio Serviço de Proteção ao Índio - SPI.

⁶ Homologada pelo Decreto de 23 de maio de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1996/Dnn4044.htm. Acesso em: junho de 2018.

A T.I. Rio branco conta com 34 aldeias, divididas entre as terrestres e as fluviais⁷. Havia no ano de 2014, de acordo com a Secretaria especial de Saúde Indígena - SESAI, uma população estimada de 607 habitantes. Para a produção da pesquisa, foi necessário circular por algumas aldeias, concentrando a produção de dados em três, em função de ali residir uma maioria⁸ Tupari. São elas: Aldeia Colorado, Nova Esperança e Serrinha. A pesquisa contou com a participação de 11 entrevistados, entre eles, três professores.

A T.I. Rio Branco está localizada no oeste do Estado de Rondônia, no aflente do Rio Guaporé, próximo da divisa Boliviana. Sua terra fica entre três municípios: Alta Floresta D'Oeste, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé. O caminho mais acessível para chegar à T.I. Rio Branco é saindo da cidade de Alta Floresta D'Oeste, distante 528 Km de Porto Velho, capital de Rondônia, e 154 Km de Ji-Paraná. De Alta Floresta D'Oeste, para chegar a T.I. Rio Branco, é preciso percorrer o trecho de 100 km de estrada sem qualquer asfalto, composta de curvas, subidas e descidas.

São falantes de uma língua do tronco Tupi, pertencente à família linguística Tupari, assim como os Makurap, Mequém, Ajuru, Akunsu e Kampé (Guaratira). As línguas do Tronco Tupi compreendem as famílias: Tupi-Guarani, Mondé, Tupari, Arikém Juruna, Mundurucu, Ramarama, Aweti, Mawé e Puruborá (Cabral; Rodrigues, 2007).

Caminhos teóricos e metodológicos

As experiências de vida e de pesquisa nesta pesquisa caminham com os escritos de Backes e Nascimento (2011, p.08) quando reiteram que “[...] escutar o outro sem pretensão de compreendê-lo é crucial, pois a compreensão, se não vier acompanhada do reconhecimento de que há coisas incompreensíveis, resultará no retorno da mesmidade e da asfixia da diferença”.

⁷ As aldeias terrestres e fluviais são definidas pela sua forma de acesso. As aldeias terrestres podem ser acessadas por carros, ônibus, motos e outros. Já as fluviais são acessadas por barcos.

⁸ Nas aldeias da T.I Rio Branco residem sujeitos de diferentes etnias.

Bhabha (2014, p. 19) comenta que “[...] encontramos-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão”. Por isso, é nesse espaço e tempo, que devemos ficar alertas sobre/para os processos criados com o intuito de marginalizar culturas ‘outras’, num espaço e tempo que se formataram numa estrutura polarizada e produtora de essencialidade.

Dessa forma, é indispensável haver uma problematização sobre o discurso hegemônico e considerar a necessidade de reflexão no que condiz ao olhar o outro a partir do nosso olhar colonizado, que, por vezes, ainda subentende uma marginalização, pois, se a ‘verdade’ foi criada, logo, pode ser ressignificada e problematizada.

Essa discussão inicial promove alguns questionamentos importantes para qualquer pesquisa na área da educação ou da educação matemática, podendo destacar alguns, tais como: Qual é a natureza do trabalho desenvolvido? Qual é o tipo de pesquisa desenvolvida? Quais são os procedimentos metodológicos escolhidos? Para tais questões, as experiências que nos tocam e nos moldam como pesquisadores sugerem que as respostas vão depender da temática de trabalho, da natureza do trabalho, da finalidade do trabalho, entre outras que compõem a trajetória do/da pesquisador/a.

É importante compreendermos que tais questões são importantes para a construção de uma pesquisa, todavia, é possível sinalizarmos, antecipadamente, que pesquisar é estar num espaço fronteiro e ambivalente. Pesquisar também é perceber as identidades, diferenças e também entender que há outros sujeitos, outras pedagogias. Para isso, pesquisar é também partir de um campo conceitual, no qual, por meio de alguns procedimentos de investigação e de análise, possamos produzir dados coerentes com o campo de investigação. Estar na aldeia indígena, espaço contínuo de ambivalência e marcado por fronteiras geográficas e de saberes ajudou a perceber, de forma empírica, que os modelos de produção de bens consumíveis dos

Tupari (pesca, caça, plantação), historicamente são alinhados com a necessidade de sobrevivência/transcendência e manutenção de suas tradições.

Essas tradições do povo Tupari, no caminhar histórico, vão sendo colonizadas e até mesmo negociadas por/com outras tradições não indígenas, caso dos seringueiros e seringalistas que foram chegando as terras que hoje é a T.I. Rio Branco. Logo, ao visualizarmos e ouvirmos as narrativas dos entrevistados, ao relembrarmos o cotidiano nas Aldeias, ao visitarmos e revisitarmos o diário de campo, foi possível compreendermos que os saberes, sejam matemáticos sejam outros, podem ser entendidos como movimentos de circulações e articulações de saberes no contexto da etnia Tupari, por exemplo, o conceito de medida.

Assim, pensar e propor uma pesquisa que visa, minimamente, desconstruir cenários modernos sobre estar e pesquisar com grupos sociais distintos do pesquisador necessita de campos teóricos que blindam os cenários coloniais/modernos. Além disso, foi possível percebermos na trajetória da pesquisa em questão a importância de articular campos teóricos, uma vez que há colaboração significativa para o processo metodológico, evidentemente, desde que haja alinhamento nas ideias, conceitos e perspectivas conceituais. Sabendo disso, esse conceito de articulação pode ser baseado em Hall (2003). Conforme o autor,

Pelo termo “articulação”, quero dizer que uma conexão ou vínculo que não é necessariamente dado em todos os casos como lei ou fato da vida, mas algo que requer condições particulares para sua emergência, algo que deve ser positivamente sustentado por processos específicos, que não é ‘eterno’, mas que se renova constantemente, que pode, sob certas circunstâncias, desaparecer ou ser derrubado, levando à dissolução de antigos vínculos e a novas conexões – rearticulações. É importante ainda que uma articulação entre práticas distintas não significa que estas se tornam idênticas ou que uma se dissolve na outra. Cada qual retém suas determinações distintas, bem como suas condições de existência. Contudo, uma vez feita a articulação, as duas práticas podem funcionar em conjunto, não como uma “identidade imediata” (na linguagem utilizada por Marx na ‘Introdução de 1857’), mas como “distinções dentro de uma unidade” (Hall, 2003, p.196).

A partir desse entendimento de Hall (2003), é possível compreendermos a necessidade de “[...] cavar/produzir/fabricar a articulação de saberes e a bricolagem de metodologias porque

não temos uma única teoria a subsidiar nossos trabalhos e porque não temos um método a adotar” (Paraíso, 2012, p. 33). O conceito de bricolagem é entendido aqui como sendo rasuras metodológicas que permitem desviar de caminhos fixos e ampliar a possibilidade de pesquisar ao estar com o outro, ao ponto de ser um lugar de reflexão, de problematização, de inferir novas possibilidades e novos olhares.

Como em qualquer pesquisa, o campo empírico pode expor a nós pesquisadores outras formas de perceber e até mesmo de ressignificar nosso objetivo inicial. Nesta pesquisa, não foi diferente. O cotidiano e a vivência com o grupo indígena foi delineando outros caminhos, outras possibilidades. As rasuras iniciaram suas ações logo nos primeiros dias em solo indígena, nas aldeias, espaços fronteiros e ambivalentes. Durante nossa estada na aldeia, foi proposto não contribuir com mesmidade, algo oneroso de ser cumprido. Porém, entendendo a necessidade de não asfixiar a diferença, como bem escreve Backes e Nascimento (2011), devíamos nos lançar à descolonização de nós mesmo e à construção de caminhos bricolados. No primeiro momento, entendíamos que apenas observar e entrevistar seria ideal para pesquisa, sendo suficientes para produzir dados e, posteriormente, as análises. Mas, foi possível percebermos no cotidiano que essas ideias não seriam suficientes para, minimamente, compreendermos as circulações e articulações das matemáticas no contexto Tupari.

Era preciso vivenciarmos e experienciarmos com eles as matemáticas que circulam e se articulam. Para isso, pescamos, participamos da colheita para a produção da chicha⁹, da própria produção da chicha, festa de aniversário, almoço, acompanhando a derrubada de árvores para construção de uma casa, entre outros. Nessas participações, foi nos sendo possibilitada a percepção sobre as matemáticas que circulam no contexto da etnia Tupari.

⁹ É uma bebida que faz parte do processo social e cultural dos Tupari. Sua feitura é realizada pelas mulheres e demanda alguns itens básicos como a mandioca e amendoim. O amendoim, por exemplo, serve para fermentar e seu uso fornece à bebida uma composição alcoólica.

Assim, a articulação metodológica e suas bricolagens, “[...] destaca o relacionamento entre as formas de ver de um pesquisador e o lugar social de sua história pessoal” (Kincheloe & Berry, 2007, p.16). Ainda com os autores, “[...] ao admitir a complexidade, a bricolagem constrói um papel muitíssimo ativo [...] ao criar os processos e as narrativas de pesquisa que a representam” (Kincheloe & Berry, 2007, p.17) no campo metodológico.

Trabalhar com bricolagem é subvertermos o caráter conclusivo do ato empírico e também nos fazer e estarmos atento às “[...] várias dinâmicas que moldam o que se chama de conhecimento empírico” (Kincheloe & Berry, 2007, p. 23). É nos deslocarmos de uma margem para outra, atentos e vigilantes aos processos homogeneizantes que podem ressaltar as concepções binárias e fixas.

As bricolagens metodológicas/teóricas caminham no sentido de perceber outras vozes, outros saberes. Conforme Louro (2007, p. 205), “[...] os encaminhamentos teóricos-metodológicos que adotamos são plurais, e por vezes, podem estabelecer entre si pontos de fricção.” Ainda sobre bricolagem, apoiada nos Estudos Culturais, “sua escolha da prática é pragmática, estratégica e auto-reflexiva” (Nelson et al., 1995, p. 08).

No campo teórico, sem desvincular do metodológico, as articulações sinalizaram discursos outros, dos quais desfragmentam as fragmentações históricas e, nessas articulações, podem promover as dicotomias produzidas pelo projeto de modernidade bem como pelo colonialismo. Backes (2005, p. 38) entende a importância da articulação “[...] para criar um campo teórico para que os autores possam ser entendidos não só por meio de suas semelhanças, afinidades e consensos [...]”. Continua o autor, relatando que sua produtividade se dá também “[...] pelas diferenças, pontos divergentes, dissensos que, em determinados contextos, podem ser aproximados, porém sem a pretensão de acabar com suas especificidades”.

Os caminhos de pesquisa bricolados tendem a romper com unidades fixas de pesquisa, principalmente ao trabalhar com sujeitos de culturas distintas das nossas. É importante frisar

que esses caminhos bricolados exigem muita rigorosidade do pesquisador/a, pois, ao estar em articulação teórica e metodológica com campos conceituais diferentes, mesmo que se aproximem, caso aqui dos Estudos Culturais, Teoria pós-colonial e grupo Modernidade-Colonialidade, não é possível apenas realizar um ‘mix’ de ideias e entender que isso dará respostas necessárias para a pesquisa. Ao contrário, o desafio se faz presente constantemente.

Com isso, é possível afirmarmos que bricolar não é apenas ‘juntar’, é um trabalho de imersão nas teorias e busca de compreensão de como elas podem colaborar para os processos metodológicos de pesquisa e produzir outros olhares, outros caminhos ao estar com o outro e experimentar o cotidiano com o outro.

Dessa forma, articular campos teóricos e bricolar metodologias se torna dois eixos norteadores na direção de (des)construir abordagens clássicas para produção e análise dos dados. Corroborando com essa discussão, Alves (2017, p. 163) escreve que a bricolagem, “no processo de construção metodológica, funciona também como um mecanismo de tradução, pois (me) permite, no ato de pesquisar, utilizar a tradição e ressignificar seus sentidos para a construção de outras propostas metodológicas”. Logo, não se trata de desqualificar abordagens clássicas e conceituadas de se fazer pesquisa. Ao contrário, a ideia reside em estar com elas e para além delas, tendo como foco traçar outros olhares para saberes secularmente subalternizados e colocados à margem frente ao conhecimento ocidental.

Considerando essa discussão, na próxima seção, apresentaremos alguns procedimentos metodológicos utilizados para a produção e análise de dados da pesquisa em questão. Como dissemos, são procedimentos clássicos, porém, a busca em ressignificar seus cânones eurocêntricos, reside em traçar caminhos com outros olhares para velhos desafios.

Caminhos etnográficos

A etnografia, como campo de pesquisa, historicamente, acompanhou os processos epistemológicos da Antropologia e esta surge como ciência no século XIX marcada, inicialmente, pela preocupação em descrever e classificar os modos e concepções de ser e viver de grupos entendidos naquele momento como sujeitos primitivos. Os movimentos antropológicos, que ora vão se (re) constituindo, assim que visualizam outras possibilidades de fazer pesquisa com outros sujeitos, põem em xeque a autoridade etnográfica (Clifford, 2002), entendendo a relação entre cultura e linguagem nos modos de ser e viver, produzidos nas e pelas relações de poder. Em Gusmão (2008), é possível visualizarmos as tendências que marcaram e marcam o percurso antropológico. Tal percurso, conforme a autora, é marcado, no início, por concepções homogeneizantes quando o etnógrafo se colocava para pesquisar o outro.

De seu caráter descritivo e classificatório que marca a Antropologia clássica, as pesquisas antropológicas eram assinaladas pela tríade: civilização, ciência e técnica. Gusmão (2008, pp. 50-51) relata que “[...] o fazer antropológico, nessa medida, era o de submeter e colocar em submissão o outro e seu mundo, tendo por meta a civilização e a humanidade”. Antropologia como ciência, naquele momento, pregava “[...] a preservação, a proteção, a transformação e a repressão como objeto de políticas dirigidas ao mundo do outro”.

É possível fazermos um paralelo com Carvalho (2001, p. 04) quando ele escreve sobre as metamorfoses do olhar etnográfico. Segundo o autor, “[...] a questão: como olha o primitivo? não foi posta em discussão naquele momento fundante, tendo ficado implícito, na teoria, que o olhar do primitivo sobre si mesmo e para o seu entorno era um olhar ‘natural’: imediato, direto, irreflexivo”.

Ainda segundo Carvalho (2001), naquele momento, era entendido que a “[...] hermenêutica primitiva (o primitivo) possuía limites muito bem definidos, enquanto o teórico

(o civilizado) apresentava o seu próprio horizonte interpretativo como um movimento racional de expansão infinita”. Frente a essa questão, do olhar colonizador, Memmi (2007, p. 39), quando retrata o colonial, o colonizador e o colonialista, faz um retrato muito bem elaborado sobre os olhares de colonizador e colonizado, principalmente quando os colonizadores seguem para as colônias “[...] se organizam seus hábitos cotidianos da cidade colonial, importaram e nela impuseram os costumes da metrópole, onde passam regularmente suas férias, de onde retiram suas inspirações administrativas, políticas e culturais [...] sobre a qual seus olhos permanecem fixos”.

Nesse sentido, o olhar etnográfico, de alguma forma, acompanha esse processo histórico do colonizador. Acompanha visto que traça o roteiro de pesquisa por meio de sua perspectiva de vida, ou seja, alinhado com ideais etnocêntricos, denominando-se como civilizado e o outro como selvagem. Isso nada mais é do que superioridade de cultura, entendendo a outra como marginal.

Historicamente, o campo da Etnografia vai se adaptando a mudanças ocorridas nos embates teóricos e metodológicos. Assim, a escala evolutiva no campo da Antropologia vai se fragmentando em diferentes concepções, sendo as mais latentes: Evolucionismo, Culturalismo, Funcionalismo e Estruturalismo. Esses conceitos vão se ressignificando e acabam propondo outras maneiras de fazer Etnografia e de analisar os resultados da pesquisa. Nesse sentido, o processo de fazer pesquisa por meio da Etnografia, bem como o papel da própria Antropologia, sofre rupturas internas dentro de campo científico ao ponto de emergirem outros campos epistemológicos no sentido de insurgir as vozes subalternas, como é o caso das teorias do campo pós-crítico.

Se, na vertente clássica da etnografia, o olhar do pesquisador constitui a verdade sobre o que é observado, sobre o contexto e sobre os sujeitos, na etnografia, quando instituída numa perspectiva pós, o pesquisador e pesquisadora percebe que seu olhar não é neutro, mas é

permeado por vontades, desejos, intenções, questionamentos e convicções (Klein & Damico, 2012).

O que distancia a etnografia clássica da etnografia numa roupagem de cunho ‘pós’ está, justamente, em não poder prever aquilo que será encontrado no contexto da pesquisa, tão pouco estabelecer os procedimentos metodológicos de forma concisa, fixa, imóvel. Isso não significa dizer que o pesquisador não deva ir a campo minimamente sem uma concepção teórica/metodológica formada, uma vez que retratar fragmentos de uma cultura que não é a nossa demanda certo rigor metodológico/teórico.

Pensando nos significados de representação e nos processos de articulação e de resignificação do uso da etnografia clássica, os estudos de caráter pós problematizam questões relativas à subjetividade dos sujeitos, de suas culturas, diferenças, significações, identidades e vem percebendo (ainda caminhando) que “[...] o sujeito deixa de ser pensado como uma entidade prévia ao discurso, para ser tratado como o próprio efeito da discursividade ou da atividade interpretativa” (Klein & Damico, 2012, p. 67).

Tal perspectiva etnográfica permite problematizar os olhares embaraçados que constituem a partir da produção dos dados empíricos, e, ao mesmo tempo, desnaturalizá-los (Klein & Damico, 2012).

Entender que a produção de dados exige rigorosidade, curiosidade, atenção e fluidez permitiram uma aproximação mais coerente com os princípios etnográficos, utilizando-os como estratégia de produção de dados a partir das experiências construídas coletivamente com os sujeitos da pesquisa, ou seja, com as comunidades Tupari da T.I. Rio Branco.

É importante expormos que, no nosso imaginário, ao estarmos nas comunidades Tupari, os dados que almejávamos encontrar estariam a nossa espera. Veríamos as matemáticas se articulando e circulando nos afazeres diários do povo Tupari, ou que, ao estarmos com eles, o

povo Tupari iria diariamente nos mostrar os dados e dizer: aqui usamos o saber matemático indígena. Já para essa atividade, a matemática ocidental.

E isso para qualquer pesquisa acadêmica, especialmente quando se trabalha com a perspectiva etnográfica, não é o que acontece. O contexto nos ‘joga’ para outros lados, a experiência nos mostra outros caminhos e daí a necessidade de estarmos alinhados com campos contra-hegemônicos para não essencializarmos os sujeitos, o campo e porventura as análises. Logo, vivenciar os espaços, perceber como se entrecruzam os modos de ser cotidianamente demanda tempo e exige do pesquisador participar ativamente, construir com os sujeitos participantes da pesquisa, experiências que permitam compreender, de maneira incipiente, como essas matemáticas vão circulando e articulando seus saberes nas atividades das comunidades Tupari.

Ao rememorarmos as anotações, fomos observando que os dados que ‘achávamos’ estar prontos foram se resignificando a cada ida para pesquisa de campo. No retorno às comunidades participantes, foi preciso desapegarmos dos objetivos da pesquisa para, de fato, produzirmos os dados. Foi necessário nos desfazer da pesquisa para que ela pudesse ser construída.

Considerando o campo da etnografia, alguns recursos podem ser utilizados para a percepção e compreensão dos saberes, no caso desta pesquisa, dos saberes matemáticos indígenas e os saberes matemáticos não indígenas. Para tal, utilizamos recursos clássicos, porém, sempre buscamos resignificar bem como ter outros olhares a partir das narrativas dos sujeitos, das anotações e também das fotos que foram tiradas nos períodos da pesquisa de campo.

Caminhos etnográficos: diário de campo, fotografia e entrevistas

As anotações fizeram parte do cotidiano da pesquisa. O caderno de capa dura na cor preta, com 96 folhas, foi-se constituindo, na pesquisa, um importantíssimo recurso, não apenas para lembrar fatos que aconteceram durante as estadas, mas também possibilitou fazer da transcrição uma fonte fundamental para perceber os (des)caminhos como pesquisador e como sujeito subjetivo que, naquele momento, estava/vivenciava em outra cultura, com outras lógicas de se fazer e pensar.

O caderno de campo não nos acompanhava nas nossas andadas pela Aldeia. Entendíamos que o procedimento de escrita deveria ser durante o período noturno, antes de dormir, e nos períodos iniciais da manhã. Majoritariamente, a escrita dos acontecimentos sentidos/percebidos no contexto da Aldeia aconteceu no período matutino, uma vez que, em uma das três Aldeias em que estivemos, a energia elétrica funcionava apenas duas horas por dia, e era fornecida por motor movido a diesel. Salientamos que, quando nos referimos ao período matutino, estamos mencionando bem ao amanhecer, quando a maioria das pessoas estava acordando. Esse cuidado foi tomado na medida em que nós nos propusemos ao máximo estar com eles e participar do cotidiano deles.

Tomado esse entendimento, o diário colaborou para compreendermos as dinâmicas do poder frente às matemáticas no contexto do Tupari. Nesse caminho, de construção e desconstrução, “conhecer, pesquisar e escrever nessa ótica significa resistir à pretensão de operar com ‘a verdade’. Mais que isso, “[...] implica entender que qualquer verdade ou certeza (incluindo, obviamente, as nossas) está ancorada no que é possível conhecer num dado momento, portanto é provisória, situada” (Louro, 2007, p. 241). Assim, esboçar uma descrição, nesse formato no processo de produção da pesquisa, “[...] é extremamente importante em nossos modos de pesquisar, porque é por meio dela que estabelecemos relações

dos textos, dos discursos, dos enunciados em suas múltiplas ramificações” (Paraíso, 2012, pp. 39-40).

Utilizando a expressão arena de significados de Silveira (2007), quando ela escreve sobre a entrevista na pesquisa em Educação, o uso do diário de campo também pode ser entendido nessa perspectiva, no qual é possível re-inventar nosso papel de pesquisador, bem como idealizar outras ações frente ao contexto da pesquisa. O diário de campo ou notas de campo, conforme apontam Bogdan e Biklen (1991), colaboram para a produção de dados numa importante ferramenta de descrição, mas também para possibilitar arranjos e desarranjos que marcam a não neutralidade do pesquisador.

Importante também foi percebermos que, em alguns momentos da pesquisa de campo, ao estar transcrevendo, mesmo já tendo contato com os povos indígenas desde 2009, fomos tomados por algumas concepções modernas/coloniais. Constituídas por teorias contra-hegemônicas, logo, de desconstrução, foi possível perceber algumas conclusões prévias que, naquele momento formativo, não fazia parte de um pesquisador/sujeito pós. Ou seja, com isso, reiteramos a necessidade e a atenção que deve ser dada ao fazer pesquisa com distintos grupos étnicos, no intuito de não essencializar e até mesmo de marginalizá-los.

As anotações, nesse diário, não contribuíram apenas para a produção e análises dos dados. Mais que isso, oportunizaram um tópico de capítulo para a tese, denominado “O estar na comunidade: notas do diário de campo”. Nesse tópico, apresentamos as anotações diárias que fizemos no campo da pesquisa, situando o leitor sobre as experiências, inquietações, tensões, ressignificações e outros, que atravessam o contexto de uma pesquisa.

A utilização do diário de campo nos possibilitou guardar experiências de pesquisa e das observações, fato importante para a execução das análises. Além disso, tal utilização foi (e é) importante para percebermos as articulações e circulações de saberes, pois, sem o diário de

campo, poderíamos correr o risco de não lembrarmos ou até mesmo de não registrarmos situações interessantes para a pesquisa.

Mesmo que o diário de campo consiga registrar dados importante para a pesquisa, o mesmo não pode ser dito para o apontamento das experiências que nos tocam como ser humano e como pesquisador. São algumas sensibilidades na/da pesquisa que, pela observação, podemos tentar passar aos leitores, mas nem tudo pode ser escrito e até mesmo traduzido. Logo, os estudos que utilizam a inspiração etnográfica demanda também do sujeito pesquisador uma postura de abertura em relação ao contexto em que a pesquisa é realizada, ou seja, ele deve estar aberto a situações que fogem ao contexto previsto, dialogando e aproveitando tais situações para sua pesquisa de uma maneira geral.

Alinhado às observações e ao diário de campo, as entrevistas são fundamentais para a pesquisa, tendo em vista a validade das narrativas indígenas e suas histórias de vida.

Nessa perspectiva, as entrevistas colaboraram para conhecermos as histórias de vida dos sujeitos pesquisados e nos ajudou a entender os processos sociais nos quais a pesquisa foi construída. Ao ouvir as vozes, os dizeres e as narrativas dos entrevistados, observamos que os espaços do qual o outro, nesse caso, os colaboradores, apropria-se para narrar suas histórias são sempre coletivos.

Essas memórias coletivas apresentadas nas entrevistas não contam apenas sobre como entendem os saberes matemáticos no contexto da cultura Tupari, contam também sobre colaboração, vida coletiva, cosmologia. Essas histórias narradas foram contadas a partir do diálogo entre quem narra (nesta investigação, os Tupari) e quem ouve e busca mostrar essas vozes como autor também desta pesquisa (o pesquisador) (Alves, 2017).

Assim, aproximamos a discussão sobre as entrevistas a partir da concepção de Silveira (2007), quando as entende como evento discursivo. Dessa forma, “[...] olhar as entrevistas como eventos discursivos complexos, forjados não só pela dupla entrevistador/entrevistado,

mas também pelas imagens, representações, expectativas que circulam – de parte a parte – no momento e situação de realização das mesmas e, posteriormente, de sua escuta e análise” (Silveira, 2007, p. 118).

Esses eventos discursivos são importantes, visto que afetam e inserem possibilidades discursivas que produzem ações anti-binárias, fixas e homogêneas. Ao utilizarmos o conceito de entrevista no campo pós, admitimos a possibilidade de deslocamentos bem como de resignificações, problematizando “[...] o sujeito racional, as causas universais, as metanarrativas, a linearidade histórica, a noção de progresso, a visão realista de conhecimento” (Paraiso, 2012, p. 26), mas, entendendo principalmente como escreve Silveira (2007, p. 126), traz modificações, deslocamentos, negações, e o entrevistador pode se tornar cúmplice, “[...] mas o enquadramento inicial do que ‘vai acontecer’ é imprescindível”.

Entendendo a validade das entrevistas nas pesquisas qualitativas, e sobretudo com os Tupari, um formato de entrevista bem específico, que colaborou para a pesquisa, é a entrevista narrativa resignificada com base nos escritos de Andrade (2012). Para essa autora, esse processo metodológico é a própria compreensão de si, uma vez que permitem “[...] a compreensão de que cada pesquisador/a, na relação com o/a outro/a, resignifica o fazer metodológico em sua trajetória pessoal de investigação” (Andrade, 2012, p. 174). Esse tipo de entrevista permite ao sujeito participante da pesquisa narrar fatos, situações e acontecimentos que os tocaram, que tem e fazem sentido para os entrevistados.

Nesse sentido, por meio das narrativas capturadas em função da entrevista, “[...] é possível reconstruir as significações que os sujeitos atribuem” (Andrade, 2012, p.174) ao passado, as suas experiências de vida, nesse caso, da docência, do processo de escolarização, entre tantos outros ditos pelos professores e estudantes indígenas, pois, a partir destas experiências narradas, os participantes “[...] falam de si, reinventando o passado, resignificando o presente e o vivido para narrar a si mesmos” (Andrade, 2012, p.174).

Assim, entendemos que as entrevistas narrativas ressignificadas possibilitam pesquisadores/colaboradores a se narrarem a partir das experiências vividas no âmbito de seu cotidiano, bem como nas relações estabelecidas durante seu processo de escolarização, haja vista que essas “[...] experiências constituem-nos e são produzidas e mediadas no interior de determinados espaços como a escola ou os espaços que remete às experimentações nela conhecidas” (Andrade, 2012, p. 175).

Além disso, possibilitam polissemias, ou seja, “[...] não permitem uma ou outra verdade sobre as coisas e os fatos, mas pode-se considerá-las como a instância central que, somada a outras, traz informações fundamentais acerca do vivido e possibilita uma interpretação” (Andrade, 2012, p. 175) do sujeito que, ao narrar-se, possibilita ao outro da escuta “[...] visibilizar as coisas ditas e não ditas, mas que se encontram implícitas em tais narrativas” (Andrade, 2012, p. 178).

Desse modo, as “[...] narrativas não constituem o passado em si, mas sim aquilo que os/as pesquisadores/colaboradores continuamente (re) constroem desse passado, como sujeitos dos discursos que lhes permitem significar suas trajetórias” (Andrade, 2012, p. 176) de vida pessoal e profissional. E “[...] essa perspectiva exige, enfim, que se dê conta de uma exploração minuciosa dos textos das narrativas, buscando visibilizar as coisas ditas e não ditas, mas que se encontram implícitas em tais narrativas” (Andrade, 2012, p. 179).

Por meio dessas problematizações, é necessário reconhecermos nossa posição como sujeito pesquisador e compreender que todas nossas ações interferem nas posições dos entrevistados, sendo possível afirmar que em todo esse processo há jogos de poder entre quem pesquisa e quem é pesquisado. Por isso, a validade de sempre estar numa posição cambiante a fim de não fixar as narrativas dos entrevistados.

Para esta pesquisa, as entrevistas não foram realizadas no formato convencional, ou seja, com um gravador e realizando perguntas e aguardando respostas. Pelo contrário, foram

propostos diálogos eventuais, sem toda a performatização de uma entrevista, considerando os momentos como possibilidade de criar vínculos para além da pesquisa, laços de amizade e de confiança. Essa proposta foi válida, pois, por meio de alguns relatos indígenas, vários pesquisadores vão às aldeias, realizam entrevistas, fazem todo o itinerário acadêmico e depois, de acordo com eles ‘somem’ e nunca mais voltam.

Com as narrativas obtidas por meio das entrevistas, constatamos a necessidade de trazer as narrativas indígenas contadas por eles mesmos. Essa ideia ecoa em uma perspectiva de que trabalhar com grupos culturais distintos, por exemplos, os grupos indígenas, mostra-se como uma potencial possibilidade metodológica, especialmente quando se expõem os fatos pela ótica do indígena, ou seja, quando a história é posta a nós pesquisadores (não indígenas) por pessoas que vivenciaram os primeiros contatos com outros grupos sociais ao tempo que também exhibe o olhar de pessoas que vivenciam o cotidiano nas/das Aldeias.

Outro fato que vale destacarmos é a opção de ‘comparação de histórias’, seja nos primeiros contatos, nos enfrentamentos, seja na mudança de espaços geográficos, entre outros. Em outras palavras, é a possibilidade de confrontar os escritos redigidos por pessoas não indígenas.

Além do diário de campo, observação e entrevistas, outra potente possibilidade metodológica é a utilização da fotografia, uma vez que ela serve como constituição e reconstituição no intuito de perceber os acontecimentos que permeiam o pesquisar e possibilita, nesse sentido, visualizar outras nuances no contexto do campo empírico. Quanto a isso, a fotografia pode ser operacionalizada a partir de duas perspectivas: uma para exposição das experiências vivenciadas junto ao grupo em que será realizada a pesquisa e outra própria para a produção e análise dos dados. Para exposição, é possível entender aquelas imagens que funcionam como possibilidade de situar o leitor em situações experienciadas.

Para análise, que também serve como exposição, é permeada por sentidos mais profundos a fim de perceber as variantes que atravessam a pesquisa e como afetam o sentido da pesquisa. De acordo com Sato (2009, p. 223), “[...] a máquina fotográfica e as imagens fixadas por ela foram mediações importantes que permitiram conceber a pesquisa como um processo de construção de visibilidades”. Tais visibilidades, nesta pesquisa, ocorrem pelas experiências de estar com o outro e pela possibilidade de compartilhar seus saberes/fazeres construídos e socializados no contexto social. É possível dizer que as imagens formam e informam.

De fato, as imagens (fotografias) formam, principalmente, o pesquisador em processo de constituição do trabalho, e também o leitor que a visualiza, havendo possibilidades de expandir seu pensamento sobre a imagem. Além disso, em outra perspectiva, as imagens formam a possibilidade de refletir sobre a análise colaborando então para a consolidação do trabalho. De outra forma, informam, dirigindo ao leitor seus efeitos e as circunstâncias de sua articulação.

As possibilidades metodológicas citadas trilharam junto aos campos conceituais contra-hegemônicos e, suas ideias e conceitos, colaboraram de forma significativa para a construção e (re)construção da pesquisa, uma vez que a pesquisa acadêmica é passível de mudanças e novos traçados em seus objetivos, nos sujeitos colaboradores, no campo teórico e metodológico, enfim, estamos sujeitos a diversas variantes.

Ideias finais

Chegar ao momento final (inconclusivo) de uma pesquisa certamente exige leituras, discussões, tensionamentos, principalmente por questões que nos movem. Por isso, não esperamos que a pesquisa seja moldada por nós, ao contrário, o campo empírico e teórico nos

faz nos adaptar à realidade, e por si só (re)contextualizamos e ressignificamos o ato de pesquisar.

Como em qualquer pesquisa, o campo empírico pode expor a nós pesquisadores outras formas de perceber e até mesmo de ressignificar nosso objetivo inicial. Nesta pesquisa, não foi diferente, uma vez que o cotidiano e a vivência com o grupo indígena foram delineando outros caminhos, outras possibilidades, sobretudo ao não asfixiar a diferença e exercer nossa própria descolonização. Pensando por meio da Educação Matemática, tal perspectiva pode colaborar para ver com outros olhares, viver por meio de outras vivências e perceber outros saberes, outras matemáticas que circulam e se articulam não apenas no contexto de etnias indígenas, mas também de outros grupos sociais que estão presentes nas cidades e em outros espaços, produzindo saberes que podem destoar da matemática escolar e científica mas que são suficientes para esses grupos.

Essas questões possibilitam ao sujeito pesquisador (a) novas fontes metodológicas e novos olhares sobre o pesquisar com grupos sociais que destoam de nossa concepção moderna de ser, ou seja, padronizados e homogêneos. Participamos cotidianamente de espaços cambiantes e hibridizados. As normas vazam e, por si só, a homogeneidade desliza para caminhos heterogêneos. Os cenários de resistências e de subversão são retratos das lutas e dos embates em diferentes aspectos: sociais, culturais, econômicos, na questão do gênero e da sexualidade, enfim, de várias demandas que compõem nosso tempo. Nesse sentido, quando tratamos de outros olhares, compreendemos que pesquisar, além de ser um ato político, deve ser um ato ético, de respeito às diferenças, de olhar o outro sem a intenção de marginalizar.

Por isso, a importância de estar alinhado às teorias que descortinam os encobrimentos coloniais se fortalecem na mesma proporção em que emerge a possibilidade de pesquisar e produzir conhecimento científico com 'rigor', sem estar cometendo violência epistêmica. De

tal modo, essas concepções teóricas e metodológicas podem ser adequadas conforme o perfil da pesquisa, área de atuação e também conforme a finalidade do trabalho.

Hall (2003, p.143) nos ensina que “[...] no trabalho intelectual sério e crítico não existem ‘inícios absolutos’ e poucas são as continuidades inquebrantadas”. Logo, na perspectiva que adotamos, desenvolver pesquisas tendo como campo teórico e metodológico um olhar pós, exige cuidado redobrado, pois, na busca pela construção de discurso ‘pós’, podemos também construir uma narrativa fixada nas necessidades e objetivos da pesquisa e não na própria enunciação do contexto, dos sujeitos e de seus processos constitutivos.

Há uma necessidade e preocupação em problematizar os discursos produzidos nos cânones euro/usa-centrados, os quais, pelo olhar etnográfico tradicional, vêm tendo como *lócus* de enunciação sujeitos representados em modelos estritamente oficializados pela academia, sem a mínima possibilidade de entender o outro como produtor de conhecimento. Como escreve Mignolo (1996), é lutar por um deslocamento do *lócus* de enunciação, do Primeiro para o Terceiro Mundo. É também sair da condição de subalternidade e silêncio para o lugar de posicionamento cultural. O que devemos fazer agora “[...] é propor uma nova agenda etnográfica que recupere explicitamente sua crítica à nossa posição de periferia do Ocidente” (Carvalho, 2001, p.12).

Assim, a relação de experiência e vivência com os sujeitos pesquisados, no contexto da produção de dados observados com olhares pós-colonial, colabora com um cenário que rasura os modelos tradicionais de fazer pesquisa e produzir dados e também promove outras possibilidades de perceber o contexto pesquisado.

Diante das situações apresentadas ao longo do texto e sobre as percepções metodológicas vivenciadas no campo empírico, por um lado, é perceptível a importância de articular campos teóricos, especialmente ao buscar perceber saberes matemáticos de outras culturas. Por outro lado, sabendo da capacidade epistemológica e reflexiva da Educação

Matemática, certamente tal campo de pesquisa poderá ser articulado aos campos teóricos elencados na discussão deste artigo, possibilitando rupturas sobre os modos de operacionalização das metodologias clássicas e criando novas perspectivas metodológicas sobre o ato da pesquisa.

Referências

- Alves, R. A. (2017). *YA KA NA ÃRA WANÃ: movimento indígena e a produção das identidades das crianças Arara-Karo (Pay Gap/RO)* [Tese de Doutorado em Educação, Universidade Católica Dom Bosco].
<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1020725-rozane-alonso-alves.pdf>
- Andrade, S. S. A. (2012). Entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais. In D.E Meyer & M. A. Paraíso. *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Mazza edições.
- Backes, J. L., & Nascimento, A. C. (2011). Aprender a ouvir as vozes dos que vivem nas fronteiras étnico-culturais e da exclusão: um exercício cotidiano e decolonial. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, 31, p. 25-34. <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/110/241>
- Bogdan, R.C., & Biklen, S. K. (1991). *Investigação em Educação*. Porto Editora.
- Bhabha, H. K. (2014). *O local da cultura*. Editora UFMG.
- Backes, J. L. (2005). *A negociação das identidades/diferenças no espaço escolar*. [Tese de Doutorado em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos].
- Cabral, A.S., & Rodrigues, A. (2007). *Línguas e culturas Tupí*. Kurt Nimuendajú.
- Carvalho, J.J de. (2001). O olhar Etnográfico e a Voz Subalterna. *Horizontes Antropológicos*, 15. <https://www.scielo.br/pdf/ha/v7n15/v7n15a05.pdf>
- Clifford, J. (2002). *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Editora UFRJ.
- Gusmão, N. M. M. de. (2008). Antropologia, estudos culturais e educação: os desafios do nosso tempo. *Revista Proposições*, 19(3).
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643455>
- Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, 22(2).
<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>
- Hall, S. (2003). *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Editora UFMG.
- Louro, G. (2007). Conhecer, pesquisar, escrever. *Educação, Sociedade e Culturas*, 25.

- Kincheloe, J.L. & Berry, K. (2007). *Pesquisa em Educação: conceituando a bricolagem*. Artmed.
- Klein, C., & Damico, J. (2012). O uso da etnografia pós-moderna para a investigação de políticas públicas. In MEYER, D.E. & PARAÍSO, M. A. *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Mazza edições.
- Memmi, A.(2007). *Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador*. Paz e Terra.
- Mignolo, W. (1996). Herencias coloniales y teorías postcoloniales. In stephan, Beatriz González (Org.). *Cultura y Tercer Mundo: Cambios en el Saber Académico*. Editorial Nueva Sociedad.
- Nelson, C., & Treichler, P.A., & Grossberg, L. (1995). Estudos Culturais: uma introdução. In Silva, T.T. da. *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Vozes.
- Paraíso, M. A.(2012). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In D. E. Meyer & M. A. Paraiso (orgs.), *Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação*. Mazza Edições.
- Sato, L.(2009). Olhar, ser olhado e olhar-se: notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2).
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172009000200007&lng=pt&tlng=pt.
- Silveira, R. M. H. (2007). Entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados. In M. V. COSTA. *Caminhas investigativos II: outros modos de pesquisar e fazer pesquisa em educação*. Lamparina.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG.
- Veiga-neto, A. (1996) Olhares... In M. V. COSTA (Org.), *Caminhos Investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação*. Lamparina.
- Walsh, C. (2010). Estudios (inter)culturales en clave de-colonial. *Tabula Rasa*, 12.
<https://www.redalyc.org/pdf/396/39617422012.pdf>
- Woodward, K.(2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T.T. SILVA (Org), *Identidade e diferença*. Vozes.